

“ARARAQUARENSE”, INTERIORES E PEDAGOGIAS DE GÊNERO NOS ANOS DE 1920 A 1940¹

Cláudia Elisabeth POZZI*

A expansão dos caminhos de ferro nas primeiras décadas do século passado trouxe ao sertão paulista a economia e o desenvolvimento urbano. No ápice da produção cafeeira, os periódicos compunham a vida diária das pessoas nesses novos aglomerados, saúde, moral, regras de comportamento social, prescrições médicas, vestimenta, religião, cotidianamente noticiados nas linhas *cata-café*.

Esse é o universo que o livro de Raquel Discini de Campos toma por referência e nos convida a caminhar. Em sua tese de doutoramento, defendida na Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Campus de Araraquara, uma imersão no dia-a-dia desses rincões pelo noticiário impresso dos jornais dos anos 20 a 40, em municípios da ferrovia Araraquarense - nomeadamente São José do Rio Preto, Catanduva, Mirassol e Olímpia – palcos nos quais o feminino e o infantil são estampados em expressões públicas de interiores invisibilizados. As imbricações entre o discurso jornalístico e o discurso pedagógico são a tônica de um impecável e inédito trabalho de pesquisa que se debruça sobre arquivos dispersos, museus e hemerotecas desta zona pioneira, associadas com a história do interior paulista, a história das mulheres e a história da infância.

No eixo do estudo, a sociedade patriarcal e machista alinha-se à dureza dos caminhos de ferro que abrem os confins de São Paulo, argumento e razão, produtividade e ciência, informação e imprensa, como espaços predominantemente masculinos e adultos. Mulheres e crianças sob o poder marital e pátrio-poder, obstadas

¹ Resenha do livro: CAMPOS, Raquel Discini de. **Mulheres e crianças na imprensa paulista, 1920 – 1940**: educação e história. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

* Pós-doutoranda em Sociologia. UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras – Pós-Graduação em Sociologia. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901. claudiapozzi@hotmail.com

de exercitar profissão sem autorização e obliteradas da sociedade, mas presentes nos discursos disciplinadores dos periódicos analisados.

Homens no domínio das esferas pública e privada que, em relações desiguais e hierarquizadas com mulheres e crianças, exerciam poder nesses locais em que o “sertão se mundifica” dentro do “processo civilizador”. A normatividade educativa dos jornais representa as práticas sociais e culturais das pessoas que se espelham nos impressos como processos de regulação – esse o ponto de reflexão de Raquel Discini de Campos, ou seja, parte da hipótese de que sujeito enunciador e o sujeito leitor dialogam entre si, a imagem que se objetiva construir e a que se tem de si mesmo. Leitores que se viam representados nas páginas impressas, numa cumplicidade em que a força educativa ultrapassava a persuasão e a informação.

A autora demonstra que os leitores idealizados e representados diariamente nos periódicos da Araraquarense tinham por correspondência as representações do social e do cultural. De fato, afirma, “os leitores dos impressos faziam parte do grupo social que os publicava”. E o que esses signos representam das mulheres e das crianças? Como os *eus* se constituem pelos *outros*? Em sua postura de historiadora, entende não existir um autocentramento do sistema de representações, mas campo de brechas e subversões, ou, como indica, uma “arena de conflitos” em que a família e o casamento vêm enaltecidos como discursos de “uniões sadias e castas” e, em exíguos espaços, nas “pílulas de sabedoria”, como seu avesso: “Quem pensa não casa” (CAMPOS, 2009, p.31). Paródia anedótica do casamento que o fortalece como padrão dominante da regra heterossexual, uma educação conformadora pelo avesso que dessacraliza e torna mundana a própria instituição.

Jornais, produto e produtor da cultura dominante, entrecruzam-se com o nascimento das cidades no sertão paulista da Araraquarense e dentro desse imaginário educacional, apreendem-se as figuras da mulher e da criança, mestre e aprendiz, no âmbito das representações pedagógicas desses anos do ouro verde e da *marcha para o Oeste*.

Recentes aglomerados urbanos rapidamente desenvolvidos em meio ao sertão, essas regiões em efervescência econômica e populacional, compostas por imigrantes espanhóis, italianos, portugueses, árabes, nordestinos, fazendeiros doutros locais, que, nada obstante, não detinham estruturas básicas educacionais a todos. As escolas normais faziam o recorte social: frequentadas pelas “moças de bem” (CAMPOS, 2009, p.48). E, para além das escolas, os periódicos consolidavam outras formas da pedagogia dominante, ancorados pelos “homens de bem” – médicos, advogados, professores e membros da Igreja (CAMPOS, 2009, p.53) –, estavam engrenados a veicular de forma circular os anseios dos leitores e, concomitantemente, formar

necessidades de consumo e culturais nesse mesmo público, dentro de uma lógica de mercado com a iniciativa de entrega diária de exemplares nos domicílios, mediante assinatura mensal.

Simbolizando a “glória paulista” dos pioneiros da *marcha para o Oeste* como “heróis de S. Paulo”, esses míticos “homens de bem” que têm a sua origem nos bandeirantes e bradam o *Non ducor, duco* como *slogan*, são os que, constroem socialmente a imagem do homem e da mulher (CAMPOS, 2009, p.69). Nesse passo, a autora, fundamentada em teóricas feministas como Joan Scott e Guacira Lopes Louro, descreve situações relacionais de gênero recriadas no sertão citadino e seus instrumentos pedagógicos de normalização (CAMPOS, 2009, p.80). O “gênero textual” da imprensa local torna-se “reflexo e refração da realidade” das relações sociais construídas historicamente e presentes nesses microcosmos como universos femininos naturalizados no cotidiano das notícias sobre a figura da mulher e da infância.

O ingresso das mulheres no espaço público abria porta à essencialização desse universo doméstico, dirigindo-as para profissões tipicamente femininas, a docência primária, enfermagem, telefonia e secretariado, em discursos reiterados pelas crônicas de que a profissão do magistério primário era a que a mulher se sentia “perfeitamente à vontade”. O “sacrifício”, “missão” e “vocação” das mulheres professoras (CAMPOS, 2009, p.84), enquanto os cargos de direção eram “naturalmente” ocupados por administradores homens.

Escolas de datilografia maciçamente frequentadas por mulheres, em gestos de corpos educadamente postados para o registro fotográfico a circundarem a figura centralizada de uma Olivetti. A pesquisadora observa a pedagogia dos pés e pernas entrelaçados dessas mulheres-datilógrafas com seus relógios de pulso a indicar o tempo de uma sociedade capitalizada na qual os males da modernidade desagregadora eram atribuídos às mulheres, que deixaram seu papel de “mulher *dentro* de casa” para trabalhar. A “rainha do lar” torna-se algoz da organização social ao estar “*fora de casa*”. O padrão homogeneizante de “mãe zelosa”, “esposa amorosa” e “dona-de-casa exemplar” não condizia com a maioria das mulheres-trabalhadoras não abastadas que faziam triplas jornadas para sobreviver, mas aperfeiçoava simbolicamente o “modelo burguês de família feliz”, pelas palavras de Michelle Perrot (apud CAMPOS, 2009, p.90), “baluarte das sociedades modernas”.

Estereótipos que dão margens à ventilação pela imprensa de cursos de formação de boas esposas e de boas empregadas domésticas a lhes darem suporte na administração da *celula mater*: “a mulher virtuosa, a companheira dedicada e cuidadosa *synthetisa* no lar a felicidade della”¹. Antíteses desse virtuosismo, as loucas,

¹ Cf. *A Notícia* apud Campos (2009, p.91).

alcoólicas, prostitutas e leprosas, restaram invisibilizadas nos juqueris, colocadas noutros espaços, não sociais ou modernizados.

Campanhas publicitárias associavam a boa alimentação das crianças ao amor incondicional das mulheres e o bem-estar da família. Quaker Oats e o fortificantes Vanadiol são símbolos fortes das “famílias de bem”. O discurso médico relativo ao “amor higiênico”, aleitamento materno, cuidados com limpeza dos bebês e asseio eram extensão do cuidar feminino dentro do lar. Ditavam o que fazer e o que não fazer. Práticas prescritivas do adequado cuidar zeloso. Os banhos dos bebês deveriam vir antes da segunda refeição, sendo que a água a 37° “deve ser tal que alcance o umbigo da criança, uma vez sentada dentro da banheira”, tornando os afazeres domésticos minuciosamente regrados, a serem efetuados por mulheres frágeis e débeis, a tomar reguladores Gesteira para que seu gênio que “muda quasi sempre” se estabilize já que “todos seus males são causados pelas inflamações de órgãos internos” (CAMPOS, 2009, p.113).

As práticas e corpos reprodutores remetiam as mulheres à domesticidade, fazendo das esferas da produção (masculina) e da reprodução (feminina) atividades excludentes entre si². Anúncios de produtos e preceitos médicos “científicos” de saúde, de educação corporal e beleza nos meios jornalísticos apontavam para a continuidade dessas dicotomias, pedagogicamente. Em meio a esse processo civilizador dos gêneros nos interiores paulistas, emerge nos anos de 1920 a 1930, uma questão corrente nos diários impressos: os “feminismos”. O estudo retrata essa agitação do “momento feminista” nos sertões, apreendida em suas múltiplas facetas. Dentre a polissemia de significados que a denominação assume nos periódico – por feministas, as assinantes de revistas para esse público, as atletas, as sufragistas católicas, as poetisas, as professoras primárias, as leitoras de romances românticos, as rainhas, as princesas –, a autora dá um destaque à presença e visibilidade das mulheres no espaço público nos primórdios do século passado.

Essa é a tônica que conduz suas investigações sobre os anúncios, editoriais e artigos dos jornais em que deteve suas análises: a visão das mulheres estampadas na esfera pública. Mulheres “feministas”, destacadas de seu ambiente naturalizado, o mundo doméstico. Operárias, costureiras, professoras, trabalhadoras noturnas dentre outros ofícios refletem as transformações do capitalismo desde o século XIX, que também compõem esses novos centros urbanos. E uma mudança legislativa se pronunciava: em 1943, a Consolidação das Leis do Trabalho, muda o Código Civil de 1916 e torna presumida a autorização do marido para o exercício de trabalho da mulher casada, podendo, entretanto, o esposo exigir a rescisão do contrato de sua esposa, caso julgasse que a ordem familiar estivesse ameaçada ou considerasse

² Cf. Carmo e Amâncio (2004, p.31).

o trabalho dela perigoso³. Contudo, dentro do processo de supervalorização do trabalho, à mulher moderna ainda se estendiam qualidades associadas à boa educação, ao interesse pela profissão do marido e ao papel no engrandecimento da nação.

Assim, a transformação nos perfis do feminino de “senhora patriarcal” para mulher em “funções públicas relevantes” da mulher-trabalhadora é magistralmente abordada na pesquisa, como novas modalidades da pedagogia presentes nos jornais da região, estereótipos que demonstravam a superioridade das mulheres em relação aos homens, nos valores femininos de bondade, amor, beleza e solidariedade familiar e social. Os feminismos “ombro a ombro” dos jornais não perfilhavam a subversão das desigualdades de gênero no espaço privado, do lar e exortavam comportamentos que violassem as “representações fundantes da imagem da mulher”, já que ser exercer trabalho assalariado implicava no “próprio sentido da feminilidade e a sua compatibilidade para o trabalho”⁴.

A força férrea do poder normalizador presente nos diários certificava as representações dominantes do feminino, “anjos bons”, domesticados, e “anjos máos”, visibilizadas no espaço público. Uma mácula a ser repreendida: “Pobre Pagú! Se houvesse casado e tivesse filhos que criar e se lhe ensinassem com inteligência e convicção, que á mulher não cabe tarefa nem mais nobre nem mais útil ao mundo do que plasmar physica e moralmente o homem, por certo não iria, a esta hora, penar na prisão pelo seu crime”⁵. Aparatos reguladores especialmente adaptados a operar sobre os gêneros⁶, mas que, por insubordinação, revelaram e clarificaram contradições, ambiguidades e rupturas ao modelo, mesmo quando as disciplina, reitera, oculta (CAMPOS, 2009, p.210), oblitera e nega, apreendidas em cada capítulo da obra, que se torna uma grande contribuição para a compreensão da história da vida cotidiana no interior de São Paulo.

Referências

BUTLER, J. El regramento del género. In: BUTLER, J. **Deshacer el género**. Barcelona: Paidós, 2006. p.68-69.

CARMO, I.; AMÂNCIO, L. **Vozes insubmissas**: a história das mulheres e dos homens que lutaram pela igualdade dos sexos quando era crime fazê-lo. Lisboa: Dom Quixote, 2004.

³ Cf. Marques e Melo (2008).

⁴ Cf. Scott (2009, p.94).

⁵ Cf. *A Notícia*, 1937 apud Campos (2009, p.94).

⁶ Cf. Butler (2006, p.68-69).

MARQUES, T. C. N.; MELO, H. P. Os direitos civis das mulheres casadas no Brasil entre 1916 e 1962: ou como são feitas as leis. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.16, n.2, p.463-488, maio/ago. 2008.

SCOTT, J. W. A mulher trabalhadora. In: DUBY, G.; PERROT, M. (Org.). **História das Mulheres**: o século XIX. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994. v.4.